

Crescimento Econômico e Políticas de Governo na Argentina,  
2003-2014

*Economic Growth and Government Policies in Argentina,  
2003-2014*

*Crecimiento Económico y Políticas de Gobierno en Argentina,  
2003-2014*

---

Vitor Eduardo Schincariol\* e Ramón García Fernández\*\*

---

RESUMO

O artigo busca resumir as políticas econômicas das administrações de Néstor e Cristina Kirchner adotadas ao longo dos anos 2000 na Argentina, à luz do cenário macroeconômico doméstico anterior às referidas administrações. Faz-se também uma avaliação empírica da economia argentina no período, utilizando-se diversas fontes oficiais de dados, bem como um balanço do desempenho econômico e da política econômica adotada.

*Palavras-chave:* Economia argentina. Crescimento econômico na Argentina. Política econômica na Argentina. “Novo-desenvolvimentismo”.

ABSTRACT

*This work aims to summarize the economic policies of the Néstor and Cristina Kirchner administrations adopted during the 2000's in Argentina, regarding the previous macroeconomic panorama. The second part of this paper contains an empirical evaluation of the Argentinian economy during the period, based on several official sources of data. Also it contains a balance sheet of the macroeconomic performance and economic policy of Kirchner's administrations.*

*Keywords:* Argentinian economy. Economic growth in Argentina. Economic policy in Argentina. New-developmentalism.

---

\* Graduado em História pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Mestre e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal do ABC. E-mail: vitor.schincariol@ufabc.edu.br

\*\* Graduado e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Pós-Doutor pela University of Massachusetts – Amherst, Massachusetts, Estados Unidos. Atualmente, é professor titular da Universidade Federal do ABC. E-mail: ramon.garcia.fernandez@gmail.com

Artigo recebido em 16/11/2014 e aceito para publicação em 25/11/2014.

## RESUMEN

*Este trabajo pretende resumir las políticas económicas de las administraciones de Néstor y Cristina Kirchner adoptadas a lo largo de los años 2000 en Argentina, con relación al panorama macroeconómico anterior. La segunda sección hace una evaluación empírica de la economía argentina en el período, por medio de diversos datos oficiales. La tercera contiene una evaluación del comportamiento macroeconómico y de las políticas económicas de las administraciones Kirchner.*

*Palabras clave: Economía argentina. Crecimiento económico en Argentina. Política económica en Argentina. Nuevo-desarrollismo.*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza uma análise do desempenho da economia argentina durante as administrações de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007 até o presente). Para isto, realiza inicialmente uma introdução com uma contextualização histórica prévia aos anos 2000, passando depois a uma rápida descrição do padrão de políticas adotadas no período estudado. Na segunda parte, busca-se uma análise econômica com base nos dados fornecidos por órgãos oficiais argentinos, particularmente o Ministério de Economia.<sup>1</sup> Na terceira parte, busca-se um balanço destas políticas e do comportamento macroeconômico, assumindo-se um ponto de vista pós-keynesiano e institucionalista.

### 1 PANORAMA PRÉVIO

Referindo-se à história econômica e social argentina na primeira metade do século XX, Roberto Korzeniewickz (1990, p.108) afirmou que a maneira pela qual a classe dirigente argentina pôde dirimir parte dos conflitos internos do país na primeira metade do século XX foi tolerar uma redistribuição dos recursos econômicos à população trabalhadora muito maior quando comparada com a dos países vizinhos. Na primeira metade do século XX, a Argentina acumulou grandes excedentes particularmente provenientes do alto volume de exportações de bens primários. À medida que o mercado internacional foi se tornando mais desfavorável ao país nos anos 50 e 60, o nível de excedentes a serem distribuídos caiu, dando lugar a uma sucessão de instabilidades políticas. Este autor afirma ainda que o poderio da classe trabalhadora amealhado durante o período do peronismo teria eliminado as possibilidades de uma resposta exportadora ao declínio econômico argentino da segunda metade do século, num mundo onde o custo do trabalho era em geral menor que o argentino. Assim, “a força institucional conseguido pelos trabalhadores no peronismo limitou a habilidade das políticas do estado para reverter essa estratégia e subordinar mais efetivamente os trabalhadores para a acumulação” (1990, p.108, tradução nossa).

Por sua vez, Victor Bulmer-Thomas (2003, capítulos 9 e 10) atribui ao modelo de crescimento adotado pelos países latino-americanos depois de 1945, incluindo-se especialmente a Argentina nessa categoria, a responsabilidade pela progressiva perda de dinamismo econômico. Protecionismo e viés antiexportador teriam marcado a administração peronista e suas sucessoras, sendo responsáveis por um relativo isolamento e por custos crescentes, denotando ineficiência, distorções e taxas de retorno anormalmente baixas. Ao longo dos anos 60, as políticas adotadas teriam sido substituídas por uma estratégia que este autor chama de “promoção de

---

<sup>1</sup> Os dados utilizados neste trabalho foram recolhidos na base de dados do Ministério de Economia da Argentina/ Direção Nacional de Política Econômica (MECON); do Banco Central da República Argentina; Instituto Nacional de Estatísticas e Censo (INDEC); da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); da Organização Mundial do Comércio (OMC); dentre outras fontes. Para os endereços eletrônicos das respectivas fontes, ver a seção sobre Fontes e Bibliografia.

exportações”, que manteve a atitude protecionista, mas que reconheceu os limites do mercado interno, buscando saídas exportadoras mediante manipulações no câmbio.

A instabilidade política e as tensões sociais da primeira metade dos anos 70 levaram o regime militar instalado em 1976 a um abandono do ideal de industrialização. Os militares e seus aliados civis tentaram implementar esse objetivo através de uma abertura rápida da economia, num contexto de endividamento externo crescente. A rápida internacionalização da economia e uma maior aproximação com os países ocidentais pelas mãos dessa ditadura seriam capazes, na visão de seus simpatizantes, de conduzir a uma volta ao “período dourado” em que a Argentina era um dos mais ricos “celeiros do mundo” (RAPOPORT, 2013).

Esta hipótese não se sustentou e a Argentina encontrou-se no início dos anos 80 com um alto nível de endividamento externo e posteriormente com uma inflação acelerada, no contexto da crise da dívida e do choque internacional de juros. A crise do “modelo” aplicado pelos militares levou consigo a ditadura, mas não se deve esquecer também o impacto da derrota da Guerra das Malvinas (1982); o resultado desse processo foi a redemocratização, com a eleição de Raúl Alfonsín à presidência, no final de 1983. Carlos Torre e Liliana de Riz (2008) descrevem o panorama econômico no início da redemocratização, lembrando que:

Em janeiro de 1983 um novo acordo *stand-by* foi acertado com o FMI, pelo qual o governo comprometia-se a corrigir uma crise econômica caracterizada pelo déficit de 14% do PNB, uma inflação anual de 310% e um déficit do Balanço de Pagamentos de 6,700 milhões de dólares (2008, p.170, tradução nossa).

Este cenário complicado para a redemocratização ocorreu logo depois de uma intensa repressão ilegal praticada pelo governo militar, que eliminou aproximadamente 30 mil opositores do regime.

Apesar das altas esperanças depositadas pela população com o retorno à democracia, o governo Alfonsín não conseguiu superar os impasses políticos, no turbilhão da crise que se abateu sobre as economias latino-americanas na década de 1980 (SILVA; FERNANDEZ, 2005). As políticas de ajuste, impostas ao longo dos anos 80 após o fracasso de algumas tentativas heterodoxas, conduziram à perda líquida de postos de trabalho manufatureiro e ao aumento da concentração de rendimentos. No marco de uma aceleração da inflação foi eleito presidente Carlos Menem em 1989, com a promessa de uma “revolução produtiva”, que na verdade acabou sendo substituída por um amplo programa neoliberal, a despeito de o presidente estar oficialmente ligado ao peronismo. Menem aplicaria, ironicamente, uma política neoliberal no bojo da crise provocada em parte pelas próprias políticas liberalizantes dos militares no terreno econômico, depois de 1976. Insistia-se num modelo de abertura e liberalização, instável em termos macroeconômicos, e favorável à especulação, mas com grande apelo popular. Dolarizando-se a economia ao longo dos anos 90, provocou-se uma deterioração crescente do saldo exportador e uma recessão

interna, marcada por sérios problemas fiscais e tensões deflacionistas que culminaram, já no governo de Fernando de la Rúa, na grande crise cambial e monetária de 2001.

Portanto, ao discutir a economia argentina atual, deve-se ter em mente que o país aplicou com rigor as doutrinas neoliberais nos anos 90. Foi elogiado pelos organismos internacionais e pelas publicações especializadas, bem como pela grande imprensa. Como consequência da aplicação de tais políticas, porém, atravessou no final de 2001 e começo de 2002 a maior crise da sua história: a crise foi tamanha que cinco presidentes passaram pela Casa Rosada em onze dias, e o país teve que deixar de pagar sua dívida pela falta de reservas. Em meados de 2002, os pobres chegavam a mais de 50% da população, e o desemprego chegava quase a 25%.

A partir dessa situação crítica em termos econômicos e sociais, que vinha se arrastando por alguns anos, a economia recuperou-se, crescendo a um ritmo intenso a partir de 2003, depois da eleição de Néstor Kirchner. A recuperação da indústria e da agricultura esteve na base do crescimento, favorecida pela desvalorização do peso e, no caso desta última, pelos aumentos dos preços internacionais das *commodities*. De 2003 a 2011 o crescimento do PIB esteve acima de 7% em todos os anos, exceto em 2009, quando o país foi arrastado pela crise internacional. Nesse período, houve uma forte redução das desigualdades de renda e uma queda grande na taxa de desemprego. O consumo elevou-se rapidamente, batendo recordes de compra de eletrodomésticos, carros, turismo interno, etc. Uma série de políticas redistributivas, como os planos “Trabalhar” e “Chefes e Chefas” (TCHERNEVA; WRAY, 2005), bem como a “Contribuição Universal por Filho” (AGIS *et al.*, s/d), conseguiu fornecer emprego e garantir uma renda mínima para os mais pobres ao longo dos governos de Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007 até hoje). Superado esse impulso inicial, foi essencial a reestatização das aposentadorias, que tinham sido privatizadas nos anos 90. Também se concedeu aposentadoria a todas as mulheres de mais de 60 anos, e aos homens de mais de 65, mesmo que não tivessem pago suas contribuições; houve também reajustes importantes nessas remunerações. Os governos dos Kirchner não apenas buscaram um resgate da capacidade de investir do Estado, mas também procuraram remediar os custos sociais das políticas aplicadas nos anos anteriores.

Uma característica dos governos analisados foi a preocupação em reduzir o peso das dívidas. Nesse sentido, a dívida pública caiu de 59% para 27% do PIB entre 2003 e 2013, e a dívida externa de 93% para 14% (CEPAL, 2013). Um problema surgido nestes anos, porém, é o aumento da inflação. Após ter estado estável numa taxa por volta dos 10% de 2004 a 2006, em 2007 pulou para o patamar de 25%, no qual se manteve entre 2007 e 2013<sup>2</sup>; uma aceleração permite supor que em 2014

<sup>2</sup> Os valores dos índices de inflação na Argentina são motivos de polêmicas há anos. Desde 2007 as estatísticas oficiais têm sido questionadas a partir de uma “intervenção no INDEC”, o instituto que as gera. Pouco tempo depois, Bonvecchi e Giraudy (2008) descreviam o ocorrido e alertavam para as consequências do que podemos qualificar, à luz dos fatos, de bastante capacidade de premonição. No final de 2013, o governo se comprometeu com a publicação de um novo índice. A divulgação deste índice a partir de janeiro de 2014 reduziu as polêmicas, mas não as eliminou completamente.

atingirá algo próximo de 35%. Por sua vez, as reservas internacionais, após uns anos de recomposição, começaram a cair recentemente. Isto levou à adoção de diversas medidas de controle administrativo de importações, bem como à introdução de restrições na compra de dólares para poupança ou para compra de imóveis (veja-se que na Argentina até meados de 2012 as transações de imóveis tipicamente eram feitas em dólares; a pesificação compulsória dessas operações provocou uma queda no mercado imobiliário, especialmente no de imóveis usados, que é sentida até hoje).

Nos últimos dois anos (2013-2014), dada a intensificação da crise internacional, com a queda no crescimento da China e o baixo crescimento nos Estados Unidos e na União Europeia, bem como no Brasil, a economia argentina enfrentou uma série de novos estrangimentos macroeconômicos. O crescimento do PIB caiu muito, indo a aproximadamente 3% em 2013, e com previsões de um desempenho entre 0 e 1% em 2014. Também surgiram problemas com o câmbio: devido ao *default* da dívida externa em 2002, e apesar de ter feito uma boa renegociação com os credores que a aceitaram, o país não conseguiu novos empréstimos; portanto, depende muito das exportações e das reservas. Essas exportações em boa parte são agrícolas; o governo tem aplicado um imposto à exportação desses produtos, o que levou a um forte conflito com os produtores rurais em 2008, e a situação com eles continua tensa. Em 2013 e 2014, os produtores rurais postergaram exportações, especulando com uma forte desvalorização.

Como se disse, o governo tentou nos últimos anos conter o preço do dólar para controlar a inflação, restringindo sua venda oficial; surgiu então um mercado paralelo (ilegal) de dólares, no qual o preço desta moeda se descolou muito do valor oficial, provocando uma corrida contra as reservas como resposta a essas dificuldades. Quanto a isso, o governo fez recentemente algumas mudanças, especialmente através de uma desvalorização em janeiro de 2014 que conseguiu trazer o dólar para um valor mais realista, reduzindo em parte a especulação. Há uma forte preferência pelo dólar como moeda de reserva por parte dos agentes econômicos, incluindo as classes médias, o que dificulta uma política de desvalorização da moeda doméstica.

Obviamente, a situação do setor externo também se complicou pela decisão da Justiça dos EUA de ordenar o pagamento integral da dívida a alguns possuidores de títulos não reestruturados, os conhecidos como fundos-abutres. Sendo impossível pagar esses valores sem desrespeitar os acordos com os credores que aceitaram a renegociação, a situação encontra-se num impasse. De todo modo, passados alguns meses da suposta data fatal, as consequências têm sido muito menos dramáticas do que a maioria imaginava. Todavia, é certo que este impasse impediu que o governo pudesse aproveitar o acerto feito em 2014, depois de longas negociações, com o Clube de Paris, acordo que – pensou-se – poderia ajudar a desanuviar a falta de divisas.

Apesar de tais dificuldades, o governo continuou defendendo que o setor público recuperasse o comando das principais alavancas da economia. Um exemplo foi a expropriação em 2012 da companhia de petróleo YPF, que tinha sido uma

empresa pública desde sua criação em 1922, mas que fora privatizada em 1993. A produção de petróleo e de gás, estagnada na época da privatização, aumentou muito sob a nova administração estatal, da mesma forma que os investimentos.

Devido à alta inflação, as taxas de juros reais mantiveram-se relativamente baixas. A taxa LEBAC, por exemplo, que cobre parte dos títulos da dívida pública, foi elevada pelo governo de 6,8% para 16,8% entre 2003 e 2013, mas em termos reais decresceu de 6% em 2008 para 1,4% em 2013 (relacionando-se a taxa emitida em um ano com a inflação oficial do ano subsequente). O Banco Central, cuja carta não prevê o regime de metas de inflação, manteve uma variação de oferta monetária próxima da variação do PIB entre 2003 e 2013, mas para conter os efeitos da crise de 2008, permitiu um relaxamento das restrições ao meio circulante, conjugada com déficits fiscais, a partir de 2010.

TABELA 1 - TAXA LEBAC (LETRAS DO BANCO CENTRAL) E INFLAÇÃO OFICIAL - ARGENTINA - 2004-2013

ANO	LEBAC 12 MESES (%)	TAXA DE INFLAÇÃO (%)	TAXA DE JUROS REAL INFERIDA (%)
2004	6,8	4,4	-
2005	7,4	9,6	-2,8
2006	11,6	10,9	-3,5
2007	10,5	8,8	2,8
2008	11,8	3,71	6,79
2009	15,6	7	4,8
2010	13,7	11	4,6
2011	13,1	10,8	2,9
2012	13,9	13,3	-0,2
2013	16,8	12,5	1,4

FONTES: INDEC - "Precios al consumidor, Serie Histórica, Índice de Precios al Consumidor (IPC) GBA desde 1943 en adelante (empalme de las series base 1943, 1960, 1974, 1988 y 1999 con la serie base abril 2008=100)"; Banco Central da República Argentina

A corrida contra o peso parece ter se acalmado ao longo de 2014. Por sua vez, acordos de controle de preços têm evitado uma disparada da inflação. Futuramente veremos se o governo conseguirá acalmar a situação e retomar o caminho do crescimento em meio à crise internacional, ou se as previsões céticas da oposição se confirmam (para uma visão crítica das políticas do governo ver, por exemplo, Damill, Frenkel e Rapetti, 2014). Além das questões puramente econômicas, esse embate será crucial para definir as eleições presidenciais de 2015.

Abaixo buscamos realizar uma análise empírica do desempenho da economia no período em foco (2003-2014).

## 2 O DESEMPENHO DA ECONOMIA ENTRE 2003 E 2014

### 2.1 SETOR EXTERNO

Como já mencionado, a partir da base de dados do Ministério de Economia da Argentina, do Banco Central da República Argentina, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), faremos uma descrição das principais transformações do panorama econômico na Argentina ao longo dos anos 2000, começando pelo setor externo da economia.<sup>3</sup>

Com o fim da convertibilidade e a retração do produto interno bruto em 2001, a Argentina reverteu os seguidos resultados negativos na balança comercial (bens e serviços) da década precedente. Observando-se os dados fornecidos pelo Cepal-Stat (tabela 2), pode-se ver que em 2000 o resultado de balança comercial estava praticamente zerado. Em 2002, refletindo tanto a desaceleração interna como a desvalorização cambial, o saldo comercial chegou a ser favorável em 16 bilhões de dólares. Isto também foi influenciado por uma melhora dos termos de intercâmbio do país, de mais de 30%, ocorrida entre 2000 e 2013. O saldo de comércio foi diminuindo ao longo da recuperação, mas o país não mais apresentou os resultados comerciais negativos vistos no período da conversibilidade.

TABELA 2 - DADOS DE BALANÇO DE PAGAMENTOS - ARGENTINA - 1995-2013

ANO	BALANÇO DE PAGAMENTOS (milhões de dólares)						
	Saldo de balança comercial	Balança de serviços	Balanço de rendas	Saldo de conta corrente	Investimento estrangeiro direto no país	Passivos de investimento em carteira do governo central	Passivos de investimento em carteira dos bancos
1995	-1,0	-3,4	-4,6	-5,1	5,6	1,9	3,2
1996	-1,7	-3,5	-5,4	-6,7	6,9	-151	442
1997	-6,5	-4,3	-6,1	-12,1	9,1	310	3,8
1998	-7,5	-4,4	-7,4	-14,4	7,2	1,9	621
1999	-4,9	-4,1	-7,4	-11,9	23,9	1,2	1,1
2000	-1,8	-4,2	-7,5	-8,9	10,4	440	898
2001	3,5	-3,8	-7,7	-3,7	2,1	1,1	-6,7
2002	15,7	-1,4	-7,4	8,7	2,1	-97	-2,1
2003	15,6	-1,1	-7,9	8,1	1,6	-0,97	-2,9
2004	11,9	-1,3	-9,2	3,2	4,1	-1,1	-0,91
2005	12,1	-991	-7,3	5,2	5,2	-1,3	-1,3
2006	13,4	-500	-6,1	7,7	5,5	-1,4	-0,03
2007	12,9	-512	-5,9	7,3	6,4	-0,08	0,95
2008	14,1	-1,2	-7,5	6,7	9,7	-1,1	-0,42
2009	17,4	-1,0	-9,1	8,4	4,1	1,3	-1,4
2010	13,1	-1,1	-13,4	0,7	11,3	583	-0,03
2011	10,6	-2,2	-12,4	-2,2	10,7	n.d.	n.d.
2012	12,1	-3,3	-11,5	0,47	12,1	n.d.	n.d.
2013	7,1	-5,1	-10,7	-4,3	9,1	n.d.	n.d.

FONTE: Cepal-Stat

<sup>3</sup> Para Direção Nacional de Política Econômica/Ministério da Economia, ver as sete tabelas fornecidas em <<http://www.mecon.gov.ar/peconomica/basehome/infoeco.html>>; para Organização Mundial do Comércio, ver <[www.wto.org](http://www.wto.org)>; para Banco Central da República Argentina, ver <[www.bcra.gov.ar](http://www.bcra.gov.ar)>; para Cepal-Stat, ver <<http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/>>. Os outros links estão disponíveis na seção Referências.

Os saldos comerciais positivos foram mantidos na segunda metade da década de 2000, para sofrer uma ligeira queda depois da crise internacional de 2008; só em 2013 registrou-se uma forte queda. O saldo atingiu apenas 7 bilhões de dólares em 2013. Alguns autores atribuem a queda dos saldos comerciais à valorização da taxa de câmbio no país (DAMILL, FRENKEL; RAPETTI, 2014). Tal queda teria sido ocasionada por um desbalanço entre a inflação real e as desvalorizações oficiais nominais do peso, insuficientes nesta leitura. Porém, a expressiva queda das taxas de crescimento da economia brasileira e europeia, particularmente alemã, entre 2011 e o início de 2014, foi determinante para a queda do movimento exportador.

Houve uma tendência de queda do comércio argentino com os Estados Unidos ao longo das últimas décadas. As exportações a este país representavam 13% do valor total em 1990 e apenas 4% em 2013. O comércio com o Brasil elevou-se progressivamente, por sua vez, atingindo este país vizinho a posição de principal destino das exportações argentinas na atualidade. Mas a Argentina tem apresentado déficits com este parceiro comercial desde 2003, decorrentes da grande absorção de bens industriais, que representam praticamente o valor total das exportações de produtos brasileiros.<sup>4</sup> Quanto à moeda utilizada nas trocas bilaterais, manteve-se o predomínio do dólar e do euro, a despeito do acordo bilateral que libera pagamentos nas moedas locais.<sup>5</sup> O sistema de pagamentos em moeda local (SML) do Banco Central do Brasil<sup>6</sup> registrou um total de 2,5 bilhões de reais recebidos pelo Brasil em troca de vendas à Argentina em 2013, ou aproximadamente 1,2 bilhões de dólares. Isto somou aproximadamente 6% das exportações do Brasil à Argentina pagas por esta em reais, demonstrando-se assim amplo espaço para aumento das transações em moeda local destas duas nações. O pagamento em pesos de importações argentinas por agentes domiciliados no Brasil ainda é quase insignificante, atingindo 9 milhões de reais, pela taxa de câmbio oficial.

Os resultados globais do balanço de pagamentos do país, ao longo de quase todos os anos 2000 até a atualidade, foram negativos, com exceção de 2005 a 2007, e 2010. Os resultados positivos da conta corrente do balanço de pagamentos foram cadentes depois de 2005 como porcentagem do PIB, desaparecendo depois de 2010. Já, os resultados líquidos negativos foram consolidados no conceito de remessa de rendas ao exterior, tanto referentes a (1) lucros e dividendos como (2) a juros. Este aspecto é uma das consequências tardias das políticas de abertura e privatização prévias. A rigidez de saldos negativos na conta de rendas das transações correntes cancelou todos os saldos comerciais depois de 2010.

O aumento da atividade econômica depois de 2004 acarretou uma aceleração da remessa de lucros ao exterior, que somou 13 bilhões de dólares em 2004 e atingiu 16 bilhões de dólares em 2010. Os pagamentos de juros, por sua vez, mostraram visível diminuição depois de 2003. Isto ocorreu, em parte, devido à rodada de renegociações

<sup>4</sup> Cf. Secretaria de Comércio Exterior do Brasil (<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>).

<sup>5</sup> Conforme convênio assinado por ambos os governos em 2008.

<sup>6</sup> Cf. Banco Central do Brasil, Câmbio e Capitais Internacionais, SML (<[www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)>).

com os credores coordenada pelo presidente Kirchner em 2005,<sup>7</sup> e uma outra em 2010. Tais renegociações com credores privados e institucionais levaram a uma reestruturação da dívida pública externa com desconto de aproximadamente 70% do valor de face, aceita por aproximadamente 72% dos credores à época.<sup>8</sup> A diminuição do pagamento de juros pela Argentina também se explica pela menor captação de recursos e exposição ao dólar por parte do setor corporativo doméstico financeiro e não financeiro, como mostra a tabela 2. Houve no período queda do aporte de recursos estrangeiros sob a forma de empréstimos ao setor corporativo doméstico, ocorrendo algo semelhante na compra de papéis argentinos, particularmente do governo central. Segundo o que informa o Cepal-Stat, reduziu-se a dívida pública externa, de 78% do PIB em 2003 para 14% em 2012. A dívida pública total caiu de 153% do PIB para 29% em 2012.

Tais eventos, se por um lado contribuíram para criar a mencionada dificuldade de saldos negativos do balanço de pagamentos, por outro, diminuíram a exposição dos setores domésticos às flutuações do dólar. Por consequência, o pagamento líquido de juros ao exterior, que chegara ao valor de 7,6 bilhões em 2003, caiu progressivamente, chegando a apenas 628 milhões em 2007. De qualquer forma, mesmo com menor pagamento de juros aos diferentes tipos de papéis emitidos, o resultado negativo no pagamento de juros foi de três bilhões em 2013 e contribuiu para a mencionada dificuldade nas transações correntes e no saldo global do balanço de pagamentos.

Ainda que o investimento estrangeiro direto fosse caindo na Argentina à medida que se avizinhava a crise do final do século XX, ocasionada pela dolarização e abertura econômica – de 23 bilhões de dólares em 1999 para 2,1 bilhões em 2001 – e ainda que os governos de Néstor e Cristina Kirchner adotassem um discurso de perfil mais nacionalista, o investimento estrangeiro direto nunca deixou de chegar ao país, aproveitando-se do crescimento do mercado interno doméstico. Após a crise de 2001, o aporte de capital estrangeiro em forma de IED, somando novos investimentos e reinvestimentos, chegou a um total de mais de 21 bilhões entre 2003 e 2007. Saltou para 9 bilhões, em 2008, e passou a 11 bilhões em 2010, permanecendo acima de 9 bilhões até 2013.<sup>9</sup>

Devido às dificuldades para conseguir recursos financeiros no exterior, à diminuição do endividamento externo, à saída de divisas ao exterior para, entre outros, pagar a dívida renegociada, bem como ao alto volume de perdas em forma de rendas ao exterior, a manutenção do poder de compra argentino no exterior

---

<sup>7</sup> Sobre essas negociações, consulte-se Levy-Yeyati & Valenzuela (2007, cap.11).

<sup>8</sup> Os credores que não participaram do “canje de la deuda” buscaram por vias jurídicas bloquear os pagamentos que o Estado argentino tentou efetuar no Banco de Nova York, em 2014, aos credores que sim haviam participaram do acordo. Aqueles que não participaram do acordo buscam no momento, por vias legais na Inglaterra e Estados Unidos, mecanismos para cobrança do valor total da dívida, a despeito de terem acionado seus respectivos sistemas de seguro contra o que definem como “calote”.

<sup>9</sup> Há alguma discrepância entre os dados da Cepal e do Ministério de Economia quanto aos investimentos estrangeiros diretos, para determinados anos da série.

depende atualmente do desempenho de seu comércio internacional. O comércio exterior argentino continuou baseado em produtos primários, particularmente agrícolas. Segundo a Organização Mundial do Comércio (2012), o total de produtos minerais e agrícolas perfaz hoje 70% da pauta de exportação; as vendas de carne, soja e outros produtos agropecuários correspondem a três de cada quatro dólares assim obtidos. Dada a provável dificuldade futura de expandir as vendas à China às mesmas taxas vistas recentemente, a obtenção de poder de compra internacional mediante a exportação de bens primários encontrará mais dificuldades de ampliação de saldos positivos, especialmente depois que o crescimento mundial caiu após 2008, e novamente depois de 2011. Não se pode esperar que as enormes taxas de crescimento chinês continuem indefinidamente, tornando-se temerário contar com a manutenção de tal vigor das exportações de alimentos ao país asiático pelos anos subseqüentes.

Nesta dificuldade reside o principal obstáculo à melhoria da capacidade de compra da Argentina no exterior, porque a atração de investimento estrangeiro tem acarretado, por sua vez, posteriores perdas no saldo de rendas, não apresentando o país um aumento dos ativos produtivos no mundo que compense tal movimento. Esta é afinal a grande debilidade de uma defesa intransigente da transnacionalização da economia argentina. A maior parte do cômputo das importações do país compõe-se de bens manufaturados (bens de capital ou final), que apresentam maior elasticidade-renda com relação ao crescimento do produto interno. Obteve um crescimento industrial e de mercado interno, com alta elasticidade-renda, mas isto não aliviou a balança comercial, gerando uma pressão enorme de importações e remessas de lucros, que só poderiam ser compensadas pela exportação de bens agrícolas. Mas isto desde que a China continue sua alta demanda, inflacionando o mercado de *commodities*. Do contrário, as contas externas não fecham.

Devido à saturação do mercado internacional, com ampla ocupação de espaços pela produção fabril barata e eficiente do Leste Asiático, pode-se justificar ao menos em parte os controles cambiais adotados pela administração argentina ao longo dos últimos anos, bem como suas tentativas de políticas industrializantes. Ao mesmo tempo, justificar-se-ia um maior aprofundamento do comércio regional no Cone Sul, aproveitando as vantagens logísticas da proximidade geográfica e cultural.

## 2.2 VARIÁVEIS DOMÉSTICAS

Nesta seção, abordam-se os principais aspectos macroeconômicos domésticos da economia argentina, particularmente a partir dos dados fornecidos pela Direção Nacional de Política Macroeconômica/Ministério de Economia. A tabela 3 mostra a evolução setorial do produto argentino no período.

O produto interno bruto do país cresceu a uma média oficial de 8% entre 2003 e 2008. A variação do produto somou apenas 0,9% em 2009, mas recuperou-se entre

2010 e 2011, crescendo à mesma taxa média de 8%. Em 2012 o crescimento caiu para 1,9% e subiu para 4,5% em 2013. Aparentemente, a recuperação da economia argentina depois da crise de 2001 foi bem sucedida, em termos de taxa de crescimento econômico. Em termos setoriais, o setor de mineração apresentou queda de 4% para 2% do PIB entre 2004 e 2013; a indústria manufatureira elevou-se de 18% para 19%; os serviços saíram de 45 e passaram a 51% do PIB; e a agricultura apresentou diminuição relativa de 7% para 5% do produto, indicando que a recuperação contou com participação relevante dos setores urbanos. Porém, entre as taxas de crescimento setoriais no período, a da intermediação financeira foi a maior, atingindo 6% do PIB em 2012, com crescimento de três vezes no período. A oferta de energia, água e gás (1,5 vezes) ficou aquém da variação do produto interno bruto total, que somou 1,82 vezes, explicando em parte a crise energética na capital do país em fins de 2013 e o rápido aumento das importações de energia, atingindo aproximadamente 15% do valor total da pauta de importações em 2013. Mostra-se aí uma das grandes debilidades da economia argentina. O nível de importações com relação ao produto elevou-se de 7% para 14% nesses mesmos dez anos, contrariando a hipótese de autarquia frequentemente atribuída ao país.<sup>10</sup>

TABELA 3 - EVOLUÇÃO SETORIAL DO PIB - ARGENTINA - 1993-2012

ANO	EVOLUÇÃO SETORIAL DO PIB (milhões de pesos de 1993)						
	Agricultura	Indústria Manufatureira	Oferta de água, gás e eletricidade	Intermediação financeira	Administração pública e defesa	Construção	PIB
1993	11,737	43,138	4,599	9,299	14,562	13,393	236,505
1994	12,653	45,079	5,097	11,190	14,193	14,164	250,308
1995	13,380	41,850	5,476	11,036	14,119	12,441	243,186
1996	13,167	44,550	5,698	12,562	14,206	13,492	256,626
1997	13,195	48,627	6,164	14,348	14,082	15,729	277,441
1998	14,445	49,526	6,634	16,995	13,998	17,095	288,123
1999	14,824	45,599	6,873	17,070	14,269	15,752	278,369
2000	14,567	43,855	7,325	17,442	14,367	14,284	276,173
2001	14,612	40,627	7,407	15,887	14,131	12,627	263,997
2002	14,370	36,176	7,182	12,755	14,004	8,410	235,236
2003	15,382	41,952	7,681	10,746	14,158	11,300	256,023
2004	15,224	46,977	8,183	10,150	14,415	14,623	279,141
2005	17,005	50,480	8,595	11,931	14,896	17,605	304,764
2006	17,265	54,975	9,023	14,573	15,561	20,751	330,565
2007	19,037	59,153	9,541	17,280	16,134	22,806	359,170
2008	18,523	61,842	9,863	20,279	16,758	23,641	383,444
2009	15,601	61,503	9,954	20,436	17,609	22,744	386,704
2010	20,046	67,547	10,567	22,225	18,486	23,915	422,130
2011	19,557	74,962	11,049	26,944	19,220	26,085	459,571
2012	17,342	74,660	11,583	32,211	20,008	25,396	468,301

FONTE: Ministerio de Economía. Dirección Nacional de Política Macroeconómica. Información Económica al día.

NOTA: Dados disponíveis no Quadro 1 - Nível de Atividade e Tabela 3 - PIB Real a preços de mercado (1993) e setores, da fonte acima.

<sup>10</sup> Para estes dados, conferir quadro 1.1. - "Oferta y Demanda globales a precios de 1993" da tabela "Nivel de Actividad", disponível em < <http://www.mecon.gov.ar/peconomica/basehome/infocoe.html> >.

TABELA 4 - DADOS MACROECONÔMICOS SELECIONADOS - ARGENTINA - 2003-2012

ANO	DADOS MACROECONÔMICOS SELECIONADOS (milhões de pesos de 1993)				
	PIB	Consumo Público	Consumo Privado	Superávit/déficit do governo central	Formação bruta de capital fixo/PIB
2003	256.023	167.951	34.314	8.688,1	0,14
2004	279.141	183.906	35.247	17.360,8	0,18
2005	304.764	200.317	37.403	19.661,2	0,20
2006	330.565	215.882	39.365	23.164,8	0,22
2007	359.170	235.241	42.341	25.718,6	0,23
2008	383.444	250.629	45.261	32.528,7	0,23
2009	386.704	251.763	48.535	17.285,6	0,21
2010	422.130	274.396	53.097	25.115,1	0,23
2011	459.571	303.623	58.881	4.920,6	0,24
2012	468.301	317.075	62.723	-4.373,6	0,23

FONTE: Ministerio de Economía. Dirección Nacional de Política Macroeconómica. Información Económica al día

NOTA: Dados disponíveis no Quadro 1 - Nível de Atividade e Tabela 1 - Oferta e demanda globais a preços de componente por comprador, da fonte acima.

De fato, a análise das Contas Nacionais da Argentina indica que a importação de bens de capital – máquinas e transporte – cresceu mais rapidamente do que o PIB entre 2003 e 2012. Embora a formação bruta interna de capital fixo tenha aproximadamente triplicado no período, a importação de maquinaria e equipamentos atingiu 6,62 vezes, o que mostra que qualquer tentativa de recuperação defrontar-se-á com uma importante restrição externa. O montante dispendido com importação de material de transporte, para fins de investimento, atingiu a notável variação de 7,37 vezes, a maior entre os itens de demanda agregada. (Na Argentina, a rede de rodovias é muito maior do que a de ferrovias, na proporção 231 mil quilômetros para 36 mil quilômetros; cf. *CIA World Fact Book*). O consumo privado obteve crescimento de 1,88 vezes, e o crescimento do consumo público 1,82 vezes entre os anos mencionados. A propensão a importar da economia aumentou, com variação de 3,23 vezes do cômputo geral de mercadorias importadas, ao passo que o próprio produto interno bruto, no período, variou apenas 1,82 vezes.

Deve-se destacar que a avaliação do desempenho da economia argentina de 2007 em diante tem sido alvo de intensas polêmicas. No centro delas está a (suposta) perda de independência do INDEC, que teria levado a uma distorção de diversos indicadores, especialmente dos que medem a inflação. Há um consenso de que esses valores não refletem a realidade, e surge portanto o problema de encontrar indicadores confiáveis. Pareceria razoável pensar que as motivações políticas e as limitações de sua capacidade operacional também afetam a objetividade das instituições que publicam índices alternativos. Com efeito, se conferido algum grau de verdade às críticas feitas à metodologia de cálculo da inflação pelo INDEC, ao serem deflacionadas as taxas de crescimento do país com índices que se aproximem mais da (suposta) inflação real obtida, as taxas de crescimento apresentadas pela Argentina terão sido menores que as oficialmente declaradas. Porém, não há informação oficial sobre os deflatores

implícitos do PIB utilizados no cálculo de tais taxas de crescimento nas publicações veiculadas pelo INDEC em sua página eletrônica, motivo pelo qual se torna difícil mensurar uma estimativa numérica da discrepância. Ainda assim, verificaram-se quedas ininterruptas nas taxas de desemprego, de 19% para 7% entre 2001 e 2013. O país também diminuiu de forma significativa a alta concentração de rendimentos pela qual é marcado (mudança de 0,544 para 0,475 do índice de Gini entre 2001 e 2013 – ver *Statistical Year Book of Latin America* - CEPAL, 2013). A participação da remuneração ao trabalho assalariado no total da renda interna total atingiu 51,4% em 2013, tendo estado em 30% em 2004.<sup>11</sup>

Depois de 1995, a inflação argentina foi declinante, sempre abaixo de 3%, refletindo o alto desemprego, o valor (artificial) do peso e a abertura da economia, particularmente do comércio exterior. Como se sabe, a abertura e a dolarização causaram muitas perdas ao setor produtivo interno, que se somaram aos resultados já ruins herdados das políticas dos militares e à crise da dívida externa da década de 1980. No ano de 2001, com a desvalorização do peso, ocorreu uma elevação de 27% da inflação, com valores de 13% e 5,1% ao longo dos dois anos subsequentes. Ao longo dos anos 2000, o nível de preços continuou elevando-se mais ou menos rapidamente, devido a vários mecanismos inter-relacionados, tais como: a desvalorização cambial; a queda da oferta interna agrícola de bens-salário; grandes saldos comerciais e conseqüente criação de moeda não compensada por uma esterilização mediante o crescimento da dívida pública; permanência de um alto grau de oligopolização na estrutura produtiva e de oferta; políticas de restrição de oferta e estímulo à produção local (“exportar para importar”); e, após 2009, uma política expansionista de déficits comerciais e monetização da economia (SCHINCARIOL, 2014). O crescimento da inflação foi assim inevitável, dadas as condições econômicas e as opções expansivas adotadas.

TABELA 5 - INFLAÇÃO ARGENTINA NO PERÍODO 1995-2004

ANO	%
1995	3,4
1996	0,2
1997	0,5
1998	0,9
1999	-1,2
2000	-0,8
2001	-1,3
2002	25,9
2003	13,4
2004	4,4

FONTE: Cepal-Stat

<sup>11</sup> Ver tabela “Información general de empleo e ingresos”, quadro “Distribución funcional del ingreso en el total de la economía respecto al PIB a costo de factores”, disponível em: < <http://www.mecon.gov.ar/peconomica/basehome/infoeco.html>>.

Note-se que a política fiscal do governo central foi superavitária durante toda a década de 2000, atingindo 32 bilhões de pesos em 2008 (ver tabela 4). O montante de consumo público com relação ao PIB total oscilou em torno de 13%, sem alterações bruscas entre 2003 e 2013, relativizando a opinião de que o governo foi excessivamente intervencionista ou perdulário. O governo diminuiu a relação dívida interna/PIB, de 93% a 14%, entre 2001 e 2013. Todavia, depois de 2010, lançou mão de um significativo aumento de gastos e anulação do superávit primário, tanto em gastos correntes como em investimentos (“gastos de capital”). Os dados fornecidos pelo Ministério de Economia, aqui consultados, indicam que houve um crescimento de 1,3 vezes, em 2012 e 2013, dos gastos correntes do governo e um crescimento de 1,2 e 1,5 vezes dos investimentos, nos mesmos anos.<sup>12</sup> O superávit primário fiscal somou 25,1 bilhões de pesos ao fim de 2010 e caiu para 4,2 bilhões em 2011, chegando em 2012 a um déficit primário de 4 bilhões de pesos. Houve outro déficit primário do governo central de 22 bilhões de pesos em 2013, com consequente aumento da oferta monetária, já que o Tesouro passou a financiar-se a partir do Banco Central. Esta inversão da política fiscal e monetária foi criticada internamente pela oposição, como se tivesse “desperdiçado” uma boa oportunidade para um “ajuste”. Mas poder-se-ia ponderar tal perspectiva à luz da continuidade do crescimento doméstico. Isto mediante, justamente, um aumento da demanda pública, atendendo à prioridade que inclusive a nova carta orgânica do Banco Central (Abril de 2012) confere à taxa de ocupação.

De fato, a suposição de que os gastos do governo são mecanismos adequados à manutenção da demanda numa conjuntura de crise é aparentemente corroborada pela análise de regressão linear. Realize-se a análise de regressão que toma “gastos correntes do governo” (ou GG) como variável independente e “consumo privado” (ou CP), bem como “formação bruta de capital” (FBK), como variáveis dependentes. Tomando-se uma relação dinâmica entre GG, CP e FBK, com um quadrimestre de atraso para a variável explicativa, as regressões com quarenta observações trimestrais (I/2003 a I/2013), em logaritmos de base 10, para cada uma das variáveis dependentes, geram os seguintes resultados:<sup>13</sup>

### Regressão 1

$$CP = 4.029 + GG \ 0.29$$

40 observações (I/2003 a I/2013, perdendo-se uma para o atraso de GG quanto a CP)

Durbin-Watson: 1,719

R<sup>2</sup>: 91%

Erro-padrão: 0,02

<sup>12</sup> Ver Dirección Nacional de Política Macroeconómica. Información Económica ao día. Quadro 5, Finanzas Públicas.

<sup>13</sup> Para consumo privado e formação bruta de capital fixo, ver Ministério de Economia (<<http://www.mecon.gov.ar/peconomica/basehome/infoeco.html>>), Tabela 1, “Actividad Económica”, Quadro 1, “Oferta y Demanda Globales por componente, a precios de comprador”; para gastos correntes do governo, ver Tabela 5, “Finanzas Públicas”, Quadros A6.1 e A6.2, “Sector Público Nacional no Financiero - Base Caja (Trimestral)”.

## Regressão 2

$$FBK = 2.939 + GG \ 0.42$$

40 observações (I/2003 a I/2013, perdendo-se uma para o atraso de GG quanto a FBK)

Durbin-Watson: 1,419

R2: 85%

Erro-padrão: 0,07

Ainda que a opção metodológica de utilizar as séries originais ocasione uma correlação entre os erros que rebaixe o valor de Durbin-Watson, preferimos não computar a partir da primeira transformação das séries para evitar a perda de informações. De fato, tem-se um bom valor de R2 para ambas as regressões. Isto sugere uma boa correlação entre os gastos correntes do governo e o nível de consumo privado, bem como entre gastos do governo e formação bruta de capital fixo na economia. A capacidade de estímulo do investimento pelos gastos do governo é potencialmente maior de um ponto de vista meramente quantitativo (regressor b de valor 0,42 para regressão 2), mas os gastos do governo parecem explicar melhor o consumo privado (R2 maior para a regressão 1). Esta aparentemente boa correlação entre a variável independente com as dependentes justificaria o aumento do déficit fiscal a partir de 2011, particularmente num contexto de restrição às importações, o que permitiria reverter em parte a queda dos investimentos privados em 2001; assim, poder-se-ia perguntar: por que o governo não deveria aumentar o déficit neste momento?

Neste íterim, convém notar que 58% da dívida pública líquida está denominada em dólares, 24% em euros, 15% em pesos, e o restante em outras moedas. Ainda:

*Del total de la deuda neta el 2% no devenga intereses, en 81% devenga tasa fija (la mayor parte de la cual fue emitida en los canjes de la deuda 2005 y 2010) y el 17% tasa variable, destacándose la tasa BADLAR [Tasa de interés por depósitos a plazo fijo de 30 a 35 días de plazo para más de un millón de pesos] y la tasa LIBOR [Tasa interbancaria en Londres]. La deuda con privados que devenga tasa fija está compuesta, en su mayoría, por títulos públicos (95%), destacándose el Par en euros (19,2%) y dólares (13,1%), Discount en euros (17,1%) y dólares (11,9%), Boden 2015 en dólares (12,2%) y Bonar (9,6%).<sup>14</sup>*

Por fim, devem ser comentados alguns dados ambientais.<sup>15</sup> A oferta total de energia primária em 2012 esteve composta primordialmente por gás natural (50% do total) e petróleo (39% do total); a oferta primária renovável hidrelétrica representa apenas 5% do total ofertado. A partir de 2009, houve uma inversão do perfil cadente de consumo de substâncias prejudiciais à camada de ozônio, contrariando a tendência

---

<sup>14</sup> Ministerio de Economía 2013, "Deuda pública del Estado Argentino", p.3. Disponível em: [http://www.mecon.gob.ar/finanzas/sfinan/documentos/informe\\_deuda\\_publica\\_31-12-13.pdf](http://www.mecon.gob.ar/finanzas/sfinan/documentos/informe_deuda_publica_31-12-13.pdf)

<sup>15</sup> Para estes dados, conferir "Perfil Nacional Ambiental" no endereço eletrônico do Cepal-Stat.

de queda que vinha desde 1995. A superfície de colheita passou ao predomínio da soja, com 62% do total da área plantada. Houve diminuição em aproximadamente 1 milhão de hectares da superfície total de bosques nativos. Em 2000, a erosão eólica e hídrica do solo atingia os níveis mais altos registrados na história, com 29 e 31 milhões (não há dados mais atualizados). De um total de 130 municípios analisados em 2005 com relação ao descarte de resíduos sólidos, apenas 15 controlavam o descarte de seu conteúdo; 46 deles tinham disposição semicontrolada e 71 descartavam o lixo a céu aberto.<sup>16</sup> A Argentina tem ainda um longo e difícil caminho na busca por políticas mais sustentáveis em termos ecológicos.

## CONCLUSÃO

Podemos concluir da análise feita que: a) As administrações de Néstor e Cristina Kirchner implementaram políticas econômicas heterodoxas; b) O desempenho da economia em termos gerais (i.e, emprego, produto e orçamento público) foi satisfatório; c) A recuperação da economia também dependeu do comércio internacional; d) As políticas econômicas não conseguiram estimular um desempenho adequado de todo tipo de atividade agrícola, tampouco garantir uma oferta adequada de energia; e) As altas taxas de inflação foram parcialmente produto das políticas adotadas, mas também são em parte consequência dos limites de uma política econômica num país não desenvolvido; f) O grau de conflitividade social aumentou ao longo dos anos, especialmente a partir do confronto do governo com os produtores rurais em 2008. Isso tudo permite fazer uma série de afirmações mais específicas.

Existem diversos limites para um crescimento estável e para uma taxa de inflação estável na Argentina. Um deles é o comércio exterior. Mesmo levando-se em consideração que o grau de abertura da economia (37%) não é tão alto quando comparado com outros países da América, as exportações argentinas correspondem em 70%, aproximadamente, a produtos primários (*Statistical Yearbook for Latin America and Caribe* 2013, pp.103 e 111), tendência que se manteve nos anos 2000. Estas exportações foram muito afetadas pela crise de 2008, causando queda no nível de atividade e na receita do setor público, com forte impacto no orçamento. O saldo da conta corrente como porcentagem do PIB tinha sido de 2,8% em 2007, 2,1% em 2008 e 2,7% em 2009; caiu para 0,4% em 2010, -0,5% em 2011, e 0% em 2012. Nesse quadro, houve duas violentas quedas do PIB, em 2009 e em 2012. A dívida externa passou de 3,8% para 5,3% do PIB em um ano (2008 a 2009), mas estabilizou-se logo depois caindo até 2,3%. Nessas condições, a inflação cresceu.

---

<sup>16</sup> Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, Estadísticas Ambientales, "Superficie Total de Bosque Nativo" e "Tipo de disposición final de residuos sólidos urbanos por rangos poblacionales"; ver <<http://www.ambiente.gov.ar/>>.

Os problemas no *front* externo da economia argentina não decorriam unicamente do comércio exterior; como consequência do *default* de 2002, e das práticas nacionalistas da administração dos Kirchner, o desempenho dos investimentos estrangeiros sempre foi discreto, apesar das altas taxas de crescimento do país nesse período. Em parte isto se explica em termos políticos: os investidores estrangeiros consideravam a perspectiva dos Kirchner como sendo excessivamente esquerdista. Portanto, embora possa ser considerado um mérito do governo a queda da relação dívida/PIB, que era de 62% em 2005 e passou a 29% em 2012, deve também ser lembrado que o endividamento externo do país estava seriamente condicionado pela desconfiança dos mercados internacionais. Mesmo o setor privado tinha dificuldades em obter recursos externos, na melhor das hipóteses encontrando financiamentos caros, mas muitas vezes vendo seus pedidos serem redondamente ignorados. Certamente, os mercados castigavam a atitude nacionalista do governo, e também a falta de acertos com alguns credores importantes, como o Clube de Paris, impunha limites à ajuda externa.

As altas taxas de inflação eram um dos principais problemas macroeconômicos argentinos. Diversas evidências sugerem que os dados de inflação do INDEC eram distorcidos, por motivos políticos, para esconder os valores efetivos. Feita essa ressalva, note-se que até os indicadores oficiais apontam para uma inflação maior do que a típica dos países latino-americanos nesses anos, mostrando um aumento acumulado de 92% entre 2002 e 2012. Sabe-se que as causas da inflação são muitas, e seria inadequado reduzi-la a um fenômeno monetário. Em realidade, os aspectos monetários são produto de uma combinação de conflitos sociais, escolhas de política econômica, problemas de desempenho de alguns setores, e outros aspectos alheios às possibilidades de ação das autoridades. As políticas das administrações dos Kirchner não se caracterizaram pelos déficits fiscais nem pelas emissões exageradas, no mínimo até o início da década atual. A partir desse momento, os efeitos não desejados das políticas expansionistas contracíclicas adotadas começaram a se manifestar.

Esse quadro de forte restrição de divisas num processo de recuperação da indústria exigiu a adoção de controles administrativos às importações. Dessa maneira, as possibilidades de concorrência nos mercados diminuiram.

Pode-se considerar que a política econômica em parte descuidou de alguns setores, como a agropecuária e a energia, acarretando problemas para as atividades econômicas como um todo. Por outro lado, tentativas de estabelecer políticas para estes setores encontraram forte resistência. A chamada “rebelião do campo” de 2008 (BARSKY; DÁVILA, 2008), motivada por uma proposta de mudança nos impostos às exportações, mostra claramente as resistências que o governo encontrou para corrigir suas políticas quando o impulso inicial de recuperação estava perdendo seu momento. A eliminação dos subsídios ao consumo de energia elétrica e gás, introduzidos nos anos de auge da crise, demorou em ser adotada, e a tentativa de cobrar tarifas mais condizentes com os custos encontrou resistências sobretudo dos setores médios, os principais beneficiados por estas políticas.

Este cenário levou a uma retração significativa dos investimentos em agricultura e energia por parte de empresas nacionais e internacionais. Todavia, os preços não registraram quedas.

Fazendo um balanço, pode-se afirmar que, partindo de uma perspectiva heterodoxa que enfatiza os resultados em termos de emprego e de produto, as administrações de Néstor e Cristina Kirchner tiveram um saldo positivo. O governo assumiu uma perspectiva nacionalista e intervencionista que permitiu a rápida saída de uma crise profunda. Houve também fatores externos favoráveis e imprevisíveis, como a explosão do preço internacional da soja, especialmente a partir de 2007. Além disso, deve-se lembrar que as políticas sociais certamente foram um dos maiores méritos do governo neste período.

O governo enfrentou em todos esses anos uma oposição muito forte, mas cuja unidade não ia além da denúncia de supostos escândalos de corrupção,<sup>17</sup> sem articular uma plataforma alternativa. Ainda assim, não se pode esquecer os diversos problemas que marcaram o período, especialmente a inflação, as restrições às importações, a apreciação cambial e a queda dos investimentos, tudo isso entrelaçado com as respostas à crise internacional iniciada em 2007-2008.

## REFERÊNCIAS

AGIS, Emmanuel; CAÑETE, Carlos; PANIGO, Demián. El impacto de la asignación universal por hijo en Argentina. [Argentina: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2009?]. Disponível em: <[http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/DocumentosSUBWEB/area1/documentos/AUH\\_en\\_Argentina.pdf](http://www.trabajo.gov.ar/left/estadisticas/DocumentosSUBWEB/area1/documentos/AUH_en_Argentina.pdf)>. Acesso em: 15 out. 14.

ARGENTINA. Ministerio de Economía. **Informe económico trimestral**. Buenos Aires, 2003.

ARGENTINA. Central Bank. **Informe macroeconómico y de política monetaria**. Argentina, 2014. Disponível em: <<http://www.bcra.gov.ar/pdfs/polmon/Impm0214e.zip>>.

ARGENTINA. Central Bank. **Objetivos y planes respecto del desarrollo de la política monetaria, financiera, crediticia y cambiaria para el año 2014**. Argentina, 2013a. Disponível em: <[www.bcra.gov.ar/pdfs/polmon/ObjetivosBCRA\\_2014.pdf](http://www.bcra.gov.ar/pdfs/polmon/ObjetivosBCRA_2014.pdf)>.

BARSKY, Osvaldo; DÁVILA, Mabel. **La rebelión del campo**: historia del conflicto agrario argentino. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BASUALDO, Eduardo. **Sistema político y modelo de acumulación**. Tres ensayos sobre la Argentina actual. Buenos Aires: Atuel, 2011.

BETHELL, Leslie (Org.). **Cambridge history of Latin America**: Latin America since 1930: Spanish South America. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. v.8.

---

<sup>17</sup> As dificuldades em conciliar a ação dos partidos opositores com qualquer atitude além da política de denúncias ficaram manifestas na paralisia deste grupo quando teve maioria no congresso. Foi conformedo o chamado "Grupo A", no biênio entre as eleições legislativas de 2009 até as legislativas e presidenciais de 2011, que devolveram ao kirchnerismo a maioria no congresso.

- BONVECCHI, Alejandro; GIRAUDY, Agustina. Argentina: victoria presidencial oficialista y tensiones en el esquema macroeconómico. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, v.28, n.1, p.35-59, 2008.
- BULMER-THOMAS, Victor. **The economic history of Latin America since independence**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CURIA, Eduardo. **El modelo de desarrollo en Argentina**: los riesgos de una dinámica pendular. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martín. **The new millennium Argentine saga**: from crisis to success and from success to failure. Argentina: CEDES, 2014.
- FERRER, Aldo. **La economía argentina**: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- KATZ, Claudio. **Anatomía del kirchnerismo**, [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://katz.lahaine.org/?p=214>>.
- KORZENIEWICKZ, Roberto. The Limits to semiperipheral development: Argentina in twentieth century. In: Martin, Willian. **Semiperipheral states in the world economy**. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1990.
- LEVY-YEYATI, Eduardo; VALENZUELA, Diego. **La resurrección**: historia de la poscrisis Argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- RAPOPORT, Mario. **En el ojo de la tormenta**: la economía política argentina y mundial frente a la crisis. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- RAMOS, Monica Peralta. **La economía argentina**: poder y clases sociales (1930-2006). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. La recuperación la economía argentina en los años 2000. **Revista Galega de Economía**. Santiago de Compostela, Espanha: Universidade de Santiago de Compostela, v.22, n.2, p.167-192, dic. 2013.
- SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. One decade of economic recovery in Argentina (2003-2013): an assessment. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 7., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. 2014.
- SILVA, Isnardo R.; FERNÁNDEZ, Ramón G. Os Limites da democracia como pedra filosofal: o fracasso da gestão econômica do governo de Raúl Alfonsín (1983-1989). In: CONGRESSO DA ABPHE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA, CONSERVATÓRIA, 6., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABPHE, 2004.
- TCHERNEVA, Pavlina; WRAY, L. Randall. **Employer of last resort**: a case study of Argentina's Jefes Program. Kansas City, MO: University of Missouri-Kansas City, 2005. (Working Paper n.41).
- TORRE, Juan Carlos; RIZ, Liliana de. Argentina since 1946. In: BETHELL, Leslie (Org.). **The Cambridge history of Latin America**: Spanish South America. Cambridge: Cambridge University Press. 2008.